

O movimento estudantil capixaba durante a ditadura militar : o ano de 1968

Leandra Nascimento Fonseca¹

Esta pesquisa foi desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Espírito Santo, sob orientação do professor Doutor Pedro Ernesto Fagundes.

Palavras chave: DOPS, movimento estudantil, repressão.

Resumo: Durante a Ditadura Civil Militar Brasileira (1964-1985), o Movimento Estudantil ocupou um espaço destacado na resistência ao regime autoritário, através de uma série de manifestações, coordenadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), os militantes estudantis denunciaram os problemas da educação e expuseram o lado mais sombrio do regime. Em consequência, tornaram-se alvo do aparato repressivo do Estado brasileiro. O presente trabalho analisa como o DOPS-ES exerceu a vigilância e repressão ao movimento estudantil capixaba em 1968. Utilizamos como fonte nessa investigação uma série de documentos e fotografias produzidas pela Polícia Política Capixaba, procurando observar como o movimento estudantil capixaba reagiu aos acontecimentos de 1968 e as prisões em Ibiúna.

1) Introdução

Na madrugada do dia 31 de março de 1964, começou a marcha do General Mourão Filho em conjunto com as tropas do quarto Exército rumo à cidade do Rio de Janeiro, onde no dia 30 março de 1964 o presidente João Goulart, proferiu um discurso na Associação de Sargentos, a favor das Reformas de Base.

Discurso este tomado como uma afronta por setores conservadores civis e militares ao Estado democrático, ao direito a propriedade, além de ser um sinal claro de anarquia causada pela infiltração da ideologia comunista dentro do Estado Brasileiro.

Assim foi criada a oportunidade perfeita para deflagrar o golpe de Estado, com objetivos fundamentais de eliminar o risco da tomada de poder pelos Comunistas ou outros grupos nacionalistas exaltados como afirmavam os conspiradores e deter os efeitos negativos gerados pela inflação que assolava o país no período, além de reintegrar o país nos quadros da política internacional, assim entre as principais bandeiras dos setores contrários ao governo estavam, o combate a corrupção e a

¹ Graduada em Arquivologia, na Universidade Federal do Espírito Santo, e-mail: nascimento_leandra@hotmail.com .

implantação da ordem, dessa forma os golpistas encontraram amplo apoio da sociedade civil.

Porém o golpe só se concretizou de fato graças à colaboração direta do presidente do Congresso, o Senador Moura Andrade, que aproveitando a falta de resistência e do fato de João Goulart ter-se recolhido ao Rio Grande do sul, durante sessão extraordinário conjunta do Parlamento realizada na madrugada de 02 de abril de 1964, declarou vaga a Presidência da República, após uma breve passagem do presidente da câmara Raniere Mazzili, como presidente interino, foi estabelecido um conselho governamental formado por um oficial general do Exército, da Marinha e da Força aérea, que assumiu o país até a posse do novo presidente, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Nesse contexto, o golpe deflagrado pelas forças armadas e apoiado por setores civis tinha como objetivo por fim à um período de grande instabilidade institucional iniciada ainda no Governo Vargas, com tentativas de golpes, tanto da direita, representados principalmente pela União Democrática Nacional, pelas Forças Armadas, bem como da esquerda, representada por políticos como João Goulart e por organizações políticas da esquerda, legais ou ilegais²

Dentro deste contexto duas organizações vão desempenhar um papel fundamental, em primeiro lugar vamos destacar o principal braço repressor do aparelho golpista, ou seja, à polícia política conhecida como DOPS/ES.

Vale ressaltar que a policia política surgiu como um braço executivo do regime Republicano Brasileiro, sendo uma presença constante e indispensável em toda estratégia de ação e domínio, porém ao contrario do imaginário coletivo, onde as polícias políticas são vistas como uma criação da Ditadura Civil Militar instaurada em 1964 nota-se apenas uma evolução do aparelho repressor criado ainda em um período entre as décadas de 1920 e 1930.

No Espírito Santo, foi criado em 27 de novembro de 1930 o cargo do Delegado de Ordem Social, subordinado à Delegacia Geral³. A partir de então, inicia-se a formação

² Mais informações sobre esse período ver: VILA, Marco Antônio. **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004, e SODRÉ, Nelson Wercker. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

³ Para mais informações sobre a fundação do DEOPS no Estado do Espírito Santo ver: FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Arquivos sigilosos: o acervo documental da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do estado do Espírito Santo (DEOPS)**. Acessado em <http://www.aarqes.org.br/cna2010/anais/trabalhos-completos.pdf>, no dia 02/05/2011, às 22:30.

de uma polícia voltada para a manutenção da ordem social do estado. Porém somente entre os anos de 1935 e 1937, no Espírito Santo, foi organizada a Delegacia de Segurança Política e Social, que teve como principal finalidade coibir a formação de grupos sociais, além de “proteger” a sociedade de ideologias exóticas que pudessem levar a qualquer tipo de contestação ao governo de Getúlio Vargas, combatendo, sobretudo, as atividades comunistas.

Diante da agitada conjuntura política nacional as Delegacias de Segurança Política e Social empregavam uma constante vigilância aos grupos sociais que pudessem representar uma ameaça a ordem vigente, a comprovação vem da existência de registros documentais referentes à investigação de grupos sociais específicos: estudantes, sindicatos, partidos políticos e seus membros, produzidos entre as décadas de 1930 e 1940.

2) A implantação do DOPS/ES no Espírito Santo

Em setembro de 1946, a Delegacia de Ordem Política e Social, sofre a unificação com a Delegacia de Estrangeiros e 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares formando uma única Delegacia Especializada – Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DEOPS/ES) –, constando em suas atribuições, a manutenção da ordem política e social; a fiscalização e registro de estrangeiros; a fiscalização e controle do comércio; o uso e depósito de explosivos, armas, munições e produtos químicos; fiscalização dos embarques e desembarques terrestres, marítimos, fluviais e aéreos; fiscalização de hotéis, pensões e casas de cômodos; serviços secretos; além de crimes contra a economia popular e corregedoria, possuindo jurisdição em todo o estado. Em 07 de março de 1953 ocorreu a promulgação da Lei estadual nº 719 que tratava da organização da Polícia Civil do Espírito Santo, subordinada à Secretaria do Interior e Justiça e, em parte, reproduziu o Decreto-Lei nº. 16.230, trazendo algumas modificações quanto sua composição. Uma das modificações refere-se às denominações dadas às Delegacias Especializadas. Assim, o DEOPS, como as demais delegacias especializadas, teve seu nome alterado, passando a serem chamadas de Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Cada delegacia especializada compreendia um

Gabinete do Delegado, Cartório e pessoal específico⁴. Assim, a função da Polícia política era vigiar os elementos considerados subversivos. A outra organização importante dentro desse contexto era a UNE (União Nacional dos Estudantes).

Falar da UNE é falar de uma organização que por vezes vai interferir ativamente no curso da história brasileira, esta entidade de caráter social e político que nasceu às vésperas do Estado Novo (1937-1945) sob a chancelaria do ministro da educação Gustavo Capanema, que na opinião de muitos de seus integrantes, o apoio ministerial teve o intuito de submeter e manter sob controle político este segmento social que emergia ativamente na sociedade⁵.

Para alguns dos seus antigos integrantes a verdadeira UNE só nasce no segundo Congresso Nacional dos estudantes em dezembro de 1938, aberto solenemente no dia 5 de Dezembro com a participação de 80 de associações universitárias e secundaristas além da participação de vários professores e um representante do Ministério da Educação.

No final do congresso foi eleita uma diretoria com um compromisso estritamente político, foi ainda apresentado e aprovado o plano de Reforma Educacional além da criação do Teatro do Estudante do Brasil (TEB) inspirado nos teatros universitários europeus.

Em consequência ao II Congresso Estudantil houve uma ruptura com a Casa do Estudante, presidida por Ana Amélia e amparada pelo governo Vargas deixando a UNE sem sede, em parte esta ruptura se dá pelo posicionamento dos estudantes entorno dos conflitos na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) contra o nazi-fascismo e, por conseguinte exigiam um posicionamento do governo que procurou manter-se neutro, em um primeiro momento do conflito.

⁴ Todas as leis relativas a implementação de uma polícia política no Estado do Santo se encontram em: ARQUIVO NACIONAL. **Projeto memórias reveladas.** Acessível em http://www.an.arquivonacional.gov.br/mr/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=198, acessado no dia 02/05/2011, realizado às 22:36.

⁵ Lembremos que era uma “tradição” do governo Vargas organizar elementos sociais, mas controlá-los, o caso mais emblemático disso foram os sindicatos, que foram criados no governo Vargas, mas que também nomeava elementos da polícia política para sua direção, controlando os sindicatos. Essa também foi a percepção que na época teve o movimento estudantil, para ver em mais detalhes ver: ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis:** da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

A primeira grande passeata estudantil homenageava o presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945) e seguia até a embaixada americana exigindo que o governo brasileiro tomasse partido publicamente em favor dos aliados e contra a Alemanha e Itália, a passeata foi inicialmente proibida pelo chefe de polícia, porém dirigentes estudantis conseguiram autorização para a realização da passeata junto ao Sr. Vasco Leitão da Cunha, o então Ministro Interino da Justiça, o impasse acabou por criar indisposições com Filinto Muller⁶.

A relação entre o movimento estudantil e o governo Vargas sempre foi uma relação ambígua, apesar de terem o reconhecimento formal do estado e seu direito de representação assegurado, o envolvimento de sua liderança com o Partido Comunista do Brasil (PCB) fazia com que muitos de seus representantes fossem presos, perseguidos e torturados.

Com o fim da Segunda Grande Guerra um estado de euforia toma conta da juventude que acaba por ter grande participação na luta pela liberdade, o restabelecimento de um estado democrático exigindo o fim do Estado Novo e a anistia de presos políticos, estas vão se tornar bandeiras do movimento estudantil no período.

Ainda durante o ano de 1945, a morte de um estudante durante o comício do candidato oposicionista Eduardo Gomes no dia 5 de março de 1945 vai desencadear uma enorme mobilização de estudantes que participaram do comício nas escadarias do teatro municipal do Rio de Janeiro, exigindo a apuração dos fatos assim como identificação dos culpados e uma punição exemplar⁷.

Do ponto de vista político a permanência de Getúlio Vargas torna-se insustentável e apesar de suas tentativas e de iniciativas como a do “Queremismo”. E mesmo com a convocação de eleições diretas, no dia 29 de outubro Getúlio é deposto pelos militares, e em dois de dezembro as eleições dão a Vitória ao candidato Eurico Gaspar Dutra.

Para alguns autores, como Isabel Lustrosa⁸ a eleição de 1945 foi uma das mais democráticas da história do Brasil até então, porém as manobras políticas estavam presentes na disputa de Dutra e Gomes no governo, os dois partidos, o Partido Social

⁶ Filinto Muller na época era o chefe da polícia do então Distrito Federal, atual cidade do Rio de Janeiro e da polícia política do governo Vargas.

⁷ Para ver a história da fundação e dos primeiros tempos da UNE em detalhes ver: ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

⁸Ver: LUSTROSA, Isabel. **Historias de Presidentes**: A República no Catete (1897-1960). Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), disputaram a eleição com candidatos militares, apesar disso, o general Eurico Gaspar Dutra vinha representando uma continuidade com o passado varguista, já o brigadeiro Eduardo Gomes vinha representando a oposição a Vargas⁹.

No cenário externo estava por se configurar o período conhecido por “Guerra Fria” período que teve seu início com o discurso de Wiston Churchill em Fulton, dividia-se assim o mundo em dois Hemisférios de um lado os Estados Unidos e seus aliados e do outro lado, a União Soviética e os países que acompanhavam suas políticas.

No período de 1947 a 1950 a UNE ficou sob o controle de estudantes ligados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) impulsionada pelas Uniões Estaduais de Estudantes (UEE’S) acabam por se destacar na luta pelos interesses nacionais, militando a favor da campanha “O Petróleo é nosso”, o movimento se opunha à concessão da exploração das jazidas petrolíferas por empresas estrangeiras.

Durante o período de 1950 a 1956 a UNE passa por uma fase liberal, onde estudantes que se identificavam com as propostas políticas da UDN, partido anti-Varguistas vão eleger Olavo Jardim Campos para a presidência da entidade o que marca seu novo direcionamento político, um momento atípico durante toda existência da organização sempre ligada às correntes de esquerda.

Esse período vai ser marcado por conflitos internos onde grupos reclamavam que os assuntos relacionados à melhoria do ensino eram deixados de lado.

A partir de 1957 a UNE vai efetivar sua luta pela Reforma Universitária, gerando um grande debate sobre a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB), o tema foi amplamente discutido no I seminário de Reforma de Ensino, e o eixo central da discussão foi a democratização do ensino, e questões relativas ao ensino público e privado.

No I seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior realizado na Bahia em 1960, foi firmado um compromisso de luta pela democratização do Ensino Superior.

⁹ Para informações mais detalhadas sobre esses acordos políticos ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. pág. 289-290.

As questões discutidas no I Seminário Latino Americano, vão ser abordadas novamente em três Seminários Nacionais de reforma Universitária, como no I seminário de Reforma e Democratização do Ensino Superior realizado na Bahia em maio 1961, o segundo em março de 1962 e o terceiro em Belo Horizonte foram propostas questões que levantam polêmicas até os dias de hoje.

Foram discutidas, a substituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) por um substitutivo que permitisse alterar e inserir reivindicações consideradas básicas pelos estudantes, como a extinção da cátedra vitalícia, a substituição do vestibular, verbas dedicadas à educação e a participação dos estudantes nos colegiados com proporção de 1/3.

No ano de 1961 a UNE e seus membros vão participar ativamente da campanha pela legalidade da posse do vice-presidente João Goulart, além dos estudantes a participação popular influenciou de forma a desarticular o aparelho golpista, que até então estava acostumado com uma longa tradição em golpes brancos, assim não contava com as pressões populares e da classe média brasileira.

Porém a partir de 1961 o clima de instabilidade e as tensões já criadas e outras criadas no período se exacerbam, e apesar de Jango ter conseguido tomar posse, seus poderes são diminuídos e uma nova legalidade surgiu do dia para noite, o sistema de governo do País foi alterado, passamos do presidencialismo para o parlamentarismo.

Entretanto, diante do fracasso do sistema parlamentarista, que no período de dois anos teve à frente três primeiros-ministros, sendo o primeiro Tancredo Neves, o segundo Francisco Brochado da Rocha e o ultimo Hermes Lima, diante das pressões populares e do quadro de insegurança, Jango conseguiu adiantar o plebiscito que deveria dirimir a questão da forma de governo de 1965 para 1963, e com a vitória do presidencialismo, consegue readquirir seus antigos poderes, nesse processo ele recebeu apoio expressivo do movimento estudantil.

Porém, além de as forças golpistas ainda estarem majoritárias nas Forças Armadas, o programa político de Jango conseguiu unir rapidamente a maioria da sociedade civil organizada contra o seu governo. Ao tentar mudar radicalmente os pontos mais sensíveis da sociedade brasileira, Jango conseguiu unir contra si forças totalmente discordantes, como os golpistas militares e a igreja do Concílio Vaticano II. Assim em

1964 é desfechado um golpe de Estado contra seu governo, que cai após alguns dias de impasse, nesse ínterim a UNE, que apoiava o presidente deposto passa a ser uma das vozes mais ativas de oposição ao regime emergente de 1964 e como tal sofrerá a perseguição e a violência do novo regime.

A partir do primeiro momento após o golpe foram efetuadas cerca de cinco mil prisões em todo território nacional, entidades estudantis e centros acadêmicos foram fechados.

O novo regime agora se legitimava através do A-I, de nove de abril de 1964, suspendendo por seis meses as garantias constitucionais, esta manobra forneceu prerrogativas para a cassação de mandatos eletivos e a suspensão dos direitos políticos do cidadão, anulando também a estabilidade dos funcionários públicos, tanto civis e militares.

No interior das forças armadas não foi diferente, os oficiais que eram contrários ao golpe foram presos, punidos com demissões ou com aposentarias compulsórias, e terríveis torturas.

No dia seguinte ao golpe a sede da UNE foi incendiada, e com a proibição e fechamento de entidades representativas, muitos dos seus dirigentes buscaram refúgio no exílio ou caíram na clandestinidade formando uma resistência proscrita.

Este novo quadro de legalidades permitia as famosas investigações sumárias e diversos inquéritos policiais militares (IPMS) dentro das faculdades e espaços sociais mais destacados em lutas sociais anteriores, estudantes e professores eram mantidos em constante vigilância por serem vistos como suscetíveis a “ideologias alienígenas” como descreve o autor Carlos Fico:

“... Os estudantes eram muitíssimo visados pelos órgãos de informações do regime militar. Ao aspecto político da atuação oposicionista do movimento estudantil, juntava-se a dimensão moral da “educação dos jovens”, tidos como vulneráveis a quaisquer doutrinações a que fossem expostos...”¹⁰

Neste cenário a polícia política toma grande importância na instauração de inquéritos usados para identificar e punir o que era considerado inadequado ao novo regime.

¹⁰ Para ver essa questão em detalhes ver: FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. pág. 187.

Apoiando-se no sistema de controle e repressão que foram intensificados a partir de 1964, o Dops (Departamento de Ordem Política e Social), vigiaram e reprimiram o movimento estudantil, o que se refletiu na realidade social do Espírito Santo¹¹.

Apesar das perseguições, torturas e prisões o movimento estudantil capixaba se manteve como símbolo de contestação dos jovens ao novo regime, apesar da ilegalidade e a proibição de manifestar publicamente a sua insatisfação e revolta contra prisões de companheiros estudantes, eles buscaram através de passeatas e de pichações ter a sua voz.

Esta constatação se dá através da sindicância instaurada pela Secretaria de Segurança Pública e Superintendência da Polícia Civil através de sua Corregedoria, esta sindicância teve como objetivo apurar a autoria de pichações produzidas durante uma manifestação estudantil ocorrida em quinze de outubro de 1968 na região central de Vitória e no Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

3) O movimento estudantil e a repressão no Espírito Santo

Como parte desta sindicância foram produzidas vinte nove fotos pela divisão de Polícia Técnica, das quais constam hoje no dossiê do referido inquérito um total de nove fotografias.

Na primeira e segunda imagem temos pichações em um coletivo, consta do inquérito que o motorista da Viação Imperial Limitada, fazia o trajeto da Ilha de Santa Maria a Vila Rubim e por volta das 10 horas da manhã foi obrigado a parar em frente ao prédio do Correios e Telégrafos, devido à interrupção do trânsito.

Quando a fila de veículos se movimentou, o carro dirigido pelo declarante foi interceptado por um grupo de “moças e rapazes” que queriam pregar cartazes nos seus pára-brisas, pedindo com veemência que não colassem o cartaz no veículo, enquanto pedia para não afixionarem o cartaz seu veículo foi pichado.

¹¹ Para informações detalhadas sobre a feitura do aparato de segurança do período militar brasileiro ver: PEREIRA, Valter Pires; MARVILLA, Miguel. **Ditaduras não são eternas**: Memórias da resistência ao golpe de 1964, no Espírito Santo. Vitória: Flor&Cultura, 2005. pág. 56. FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia. Rio de Janeiro: Record, 2001. Principalmente os capítulos 1 e 2.



Foto 1¹². BRESAPEES. DES. O. ME. IMEES. 8 pág.03

As pichações continham frases contra o regime vigente, exigindo a saída dos “cães racistas”, e “abaixo gorilas” como foram apelidados os membros da força policial. Há também um pedido de liberdade para os jovens, e a famosa frase “abaixo a ditadura”, além do que podemos considerar uma assinatura em letras maiúsculas o nome da entidade UNE¹³.

¹² ARQUIVO Público do Estado do Espírito Santo: Fundo DOPS, 15 de outubro de 1968. 1968. 1 álbum (9 fotografias).

¹³ Nas duas fotos com pichações de ônibus feitas pelos estudantes, não conseguimos identificar se tratam do mesmo ônibus ou de dois ônibus.



Foto- 2¹⁴. BRESAPEES. DES. O. ME. IMEES. 8 pág.04

A imagem abaixo mostra uma pichação feita na Avenida Jerônimo Monteiro, antiga Avenida Capixaba, foi retratada em uma seqüência de quatro fotos que compõe a fachada da empresa de Correios e Telégrafos, vista assim de maneira isolada é impossível reconhecer espaço ao qual a imagem representa.

Desta forma os agentes policiais tiveram o cuidado de produzir uma seqüência onde todos os detalhes do “crime” estariam evidentes e preservados.

¹⁴ ARQUIVO Público do Estado do Espírito Santo: Fundo DOPS, 15 de outubro de 1968. 1968. 1 álbum (9 fotografias).

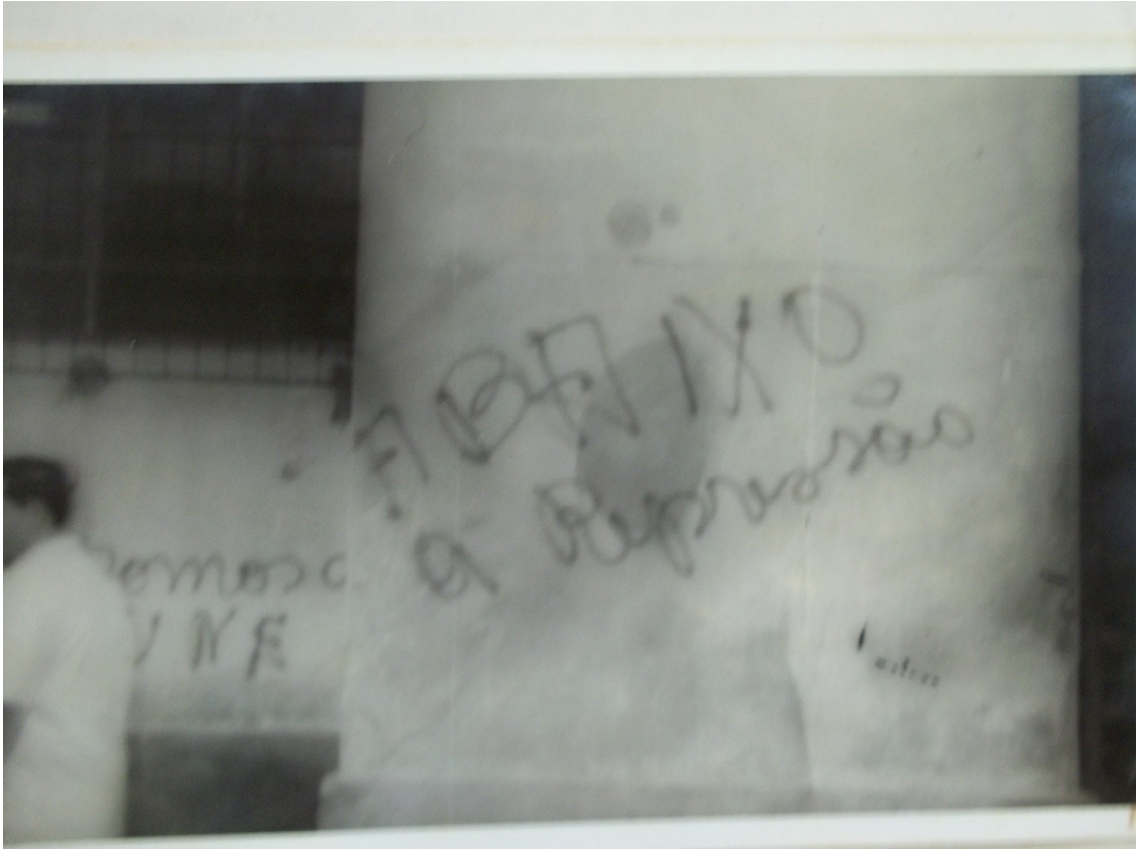


Foto- 3¹⁵. BRESAPEES. DES. O. ME. IMEES. 8 pág. 11

¹⁵ ARQUIVO Público do Estado do Espírito Santo: Fundo DOPS, 15 de outubro de 1968. 1968. 1 álbum (9 fotografias).



Foto 4¹⁶

As ações de pichamento se repetiram naquele dia como podemos verificar e o objeto dos atos encarados como vandalismo e contestação da ordem vigente tem como seu alvo principalmente prédios públicos federais como o prédio dos Correios que teve sua fachada pichada.

¹⁶ ARQUIVO Público do Estado do Espírito Santo: Fundo DOPS, 15 de outubro de 1968. 1968. 1 álbum (9 fotografias).



Foto- 5¹⁷. **BRESAPEES. DES. O. ME. IMEES. 8** pág. 7.

O restaurante Universitário também foi alvo de pichações o que acarretou um pedido formal feito pelas autoridades policiais através do ofício nº 197/68 ao então Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) para que encaminhasse todos os funcionários que trabalharam na repartição no dia quinze daquele mês para prestar esclarecimentos.

Porém o reitor não cumpriu de imediato o pedido do então Corregedor, o que originou nova comunicação com data de 04 de novembro daquele mesmo ano onde foi exigida a presença dos servidores no dia 07 de novembro de 1968, sob pena da atitude do reitor ser considerada como forma de obstrução de investigação policial.

Compareceram duas funcionárias e o administrador do Restaurante Universitário (RU), que nada informaram de relevante sobre a autoria das pichações.

Assim foi enviado à reitoria um ofício sob o nº 214/968, em que se agradecia ao reitor o comparecimento dos funcionários que prestaram depoimento sendo dispensados os demais.

¹⁷ ARQUIVO Público do Estado do Espírito Santo: Fundo DOPS, 15 de outubro de 1968. 1968. 1 álbum (9 fotografias).



Foto 6¹⁸ **BRESAPEES. DES. O. ME. IMEES. 8** pág. 5.

Durante a sindicância foi solicitada ao serviço de estatística do Exército a investigação dos registros de dois veículos de marca volkwagem com placas ES- 4-13-84 e ES-14-43-83, porém nenhum registro foi encontrado.

Durante as investigações foi ainda indiciado o então presidente do sindicato dos conferencistas do Espírito Santo, que deveria comparecer a corregedoria no dia trinta e um de outubro do mesmo ano para prestar esclarecimentos.

Em seu depoimento descreve de maneira vaga onde estava no dia do ocorrido, afirmando que se não foi feriado e se não esteve no porto trabalhando, esteve na Escola de Engenharia onde auxiliava nas aulas de mecânica de solo.

E que possuía sim um veiculo sedam, da marca Volkswagen, cor perola, de ano de fabricação 1968 e um cor grená ano 1966 nas respectivas placas ES-14-13-73 e ES- 13-11-23 este segundo havia sido vendido ao seu irmão no dia 10 do mesmo mês, porém ainda estava em seu nome.

¹⁸ ARQUIVO Público do Estado do Espírito Santo: Fundo DOPS, 15 de outubro de 1968. 1968. 1 álbum (9 fotografias).

Sendo-lhe exibida a foto do veículo pelas autoridades, se recordou o que estava fazendo, provavelmente com o intuito de proteger o irmão de qualquer implicação com a justiça.

Afirmou que neste dia estava em reunião no seu sindicato, que ficava no edifício Merena, no segundo andar, perto da antiga faculdade de filosofia e letras, no centro dessa capital. Disse que seu carro foi cercado por um grupo de estudantes e então foi colocado o cartaz que se vê na foto, mas disse que não poderia identificar os mesmos, pois quando saiu do sindicato os estudantes já tinham se evadido.

A mensagem exibida no cartaz da foto tem característica de denuncia com relação à dissolução do XXX Congresso da UNE, na cidade de Ibiúna.

Os jovens participantes da ação de pichamento nunca foram identificados, permanecendo como integrantes anônimos da resistência.

O inquérito foi enviado aos arquivos do DOPES/ES, por falta de elementos que pudessem auxiliar na descoberta dos envolvidos, porém foram criadas fortes suspeitas sobre dois estudantes conhecidos como “Risk” e “Amaranto”, que acreditamos tratar-se de pseudônimos.

A confecção destas imagens que analisados toma importância do ponto de vista de análise de um fato histórico enquanto produção coletiva pertencente a um grupo específico, neste caso a polícia política, e na construção do imaginário como guardião da memória que os grupos representam de suas relações cotidianas, desta forma identificamos diferentes representações dos indivíduos em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros e seu espaço dentro de uma significação social.

È por meio do imaginário, segundo Baczko, que:

“... as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social expressa-se por ideologias e utopias captados dos símbolos, alegorias, rituais e mitos. Esses elementos moldam visões de mundo, de condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças...”¹⁹

O ano de 1968 foi cheio de significações para os grupos sociais em questão, tanto para o movimento estudantil, quanto para os agentes do DOPES/ES.

¹⁹ BACZKO, B. **Les imaginaires sociaux**: mémoire et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984. pág. 54.

Dentro de um contexto mundial o ano de 1968 foi marcado por uma série rupturas e a participação de milhares de jovens ressentidos com as limitações sociais impostas a esta nova geração que causavam uma insatisfação tal contra toda e qualquer autoridade, para Hobsbawm foi natural e não surpreendente que a década de 60 tenha se tornado uma década de agitação estudantil²⁰.

Porem não podemos imaginar este fenômeno como algo homogêneo que atingiu a sociedade de forma igualitária, as revoltas estudantis que eclodiram ao redor do mundo sofreram influencia de seu contexto social e político.

Na França o exemplo mais emblemático, tinha como bandeira, melhores condições de trabalho e melhores salários, no Brasil o movimento estudantil se manteve dentro de um espaço de contestação a Ditadura e a reivindicação de melhorias no sistema de ensino, e o seu ponto culminante foi o Congresso de Ibiúna, realizado em outubro de 1968.

Durante o ano de 1968 ocorreram várias invasões, por parte das forças policiais a faculdades e *campus* Universitários todas marcadas por uso extremo de violência, o movimento estudantil capixaba também estava inserido neste contexto e como tal teve o mês de outubro marcado por varias manifestações, porém, em suas dadas proporções.

Todo este processo político teve como marco final de confronto e radicalização dentro do movimento estudantil brasileiro, onde se organizava o XXX Congresso da UNE organizado de forma clandestina no sítio Murundu nas imediações de Ibiúna (SP), onde na madrugada de doze de outubro a Policia Política invadiu o local, prendendo cerca de 920 estudantes que foram transportados em cinco caminhões do Exército e dez ônibus²¹. Dos 920 participantes do congresso em torno de 200 eram mulheres, e inclusive uma delegação de estudantes capixabas, os representantes mais expressivos do movimento estudantil estavam presentes e foram detidos e dentre eles vinte três participantes foram reconhecidamente assassinados pelos repressores.

As portas do AI-5 muitos estudantes acabaram por radicalizar suas resistências empunhando armas, como na guerrilha do Araguaia, as fotos do congresso que formaram um álbum foram o instrumento usado para identificar muitos de seus

²⁰ Sobre isso ver: HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos:** o breve século XX (1914-1945). Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pág. 295.

²¹ Sobre isso ver: ALMEIDA, Criméia Schmidt de (Org.). **Dossiê ditadura:** mortos e desaparecidos políticos no Brasil, (1964-1985). 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: IEVE: Imprensa Oficial, 2009. pág. 125.

integrantes, e o mundo jamais foi o mesmo para estes jovens, o congresso, os anos de resistência foram para muitos um rito de passagem para a vida adulta, a perda das ilusões da juventude, para outros foi à perda da vida, do direito a verdade, pois ainda são muitos anônimos, desaparecidos encerrados dentro de valas clandestinas ou das memórias de seus amigos, familiares e arquivos.

Bibliografia

ALMEIDA, Criméia Shmidt de (Org.). **Dossiê ditadura:** mortos e desaparecidos políticos no Brasil, (1964-1985). 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: IEVE: Imprensa Oficial, 2009.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis:** da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

ARQUIVO NACIONAL. **Projeto memórias reveladas.** Acessível em http://www.an.arquivonacional.gov.br/mr/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=198, acessado no dia 02/05/2011, realizado às 22:36.

BACZKO, B. **Les imaginaires sociaux:** mémoire et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.

FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos:** o breve século XX (1914-1945). Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUSTROSA, Isabel. **Historias de Presidentes:** A República no Catete (1897-1960). Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

MARVILLA, Miguel. **Ditaduras não são eternas:** Memórias da resistência ao golpe de 1964, no Espírito Santo. Vitória: Flor&Cultura, 2005.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Arquivos sigilosos:** o acervo documental da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do estado do Espírito Santo (DEOPS). Acessado em <http://www.aarques.org.br/cna2010/anais/trabalhos-completos.pdf>, no dia 02/05/2011, às 22:30.

SODRÉ, Nelson Wercker. **História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

VILA, Marco Antônio. **Jango:** um perfil (1945-1964). São Paulo: Globo, 2004.